

ARQUITETURA, IDEOLOGIA E PRODUÇÃO: o uso do edifício público como veículo de comunicação no período do “Regime Militar” brasileiro

ARCHITECTURE, IDEOLOGY AND PRODUCTION: public buildings as out-doors for the military government in Brazil

Enéas Arrais Neto¹

Resumo

Este artigo tem como objetivo analisar os edifícios sedes dos órgãos públicos federais construídos na cidade de Fortaleza durante os anos de vigência do “Regime Militar”. Parte da compreensão de que a arquitetura, enquanto objeto de fruição coletiva, assume o papel de meio de comunicação de massa no espaço urbano e, como tal, foi um dos instrumentos de divulgação ideológica dos governos militares dirigidos aos setores sociais urbanos; veiculando principalmente idéias de modernização, desenvolvimento, racionalidade, onipotência do poder estatal e autoritarismo. Analisa igualmente as influências, neste processo, da cultura de classe do setor burocrático-estatal, e propõe que estas edificações, ao estabelecerem novos padrões estéticos e de utilização de materiais e equipamentos de procedência tecnológica estrangeira, se constituíram em elementos importantes do processo de abertura da economia nacional ao capital multinacional, em particular no que diz respeito ao mercado da construção civil.

Palavras-chaves – Arquitetura; Ideologia; Psicologia da Arquitetura; Sociologia da Arquitetura.

Abstract

This paper presents the architectural critique of a specific group of edifications built in the city of Fortaleza during the period of the military governments in Brazil. The character of the architecture developed by the military government in public buildings in this period is common all over the country: the facilities were built to with the intention to occupy the cities as out-doors of the military governments, diffusing images of modernization, rationality, economic development and the power of the state. Through the use of architectural language, by the means of design, project, materials, forms and other ways, the architecture of the public sector played the role of ideology, besides introducing imported materials and equipment previously unused in the building sector of the country.

Keywords - Architecture; Ideology; Psychology of Architecture; Sociology of Architecture.

1 – COLOCAÇÃO DO PROBLEMA

No contexto histórico dos últimos cinquenta anos, o Brasil se tornou palco de momento de crise das instituições capitalistas, e o período conhecido como “Ditadura militar de 1964” representa um processo demarcado dentro de uma conjuntura sócio-histórica mais

¹ Arquiteto (UFC); Mestre em Sociologia (UFC); Doutor em Educação (UFC-UL/UK); Pós-Doutor em Teoria da Arte e Subjetividade (EHESS/FR); Docente PPGE/UFC; Docente Efetivo PPGARTES/IFCe; Docente IFCe Tianguá.

ampla de reordenamentos econômicos, sociais e políticos de toda a América Latina. Essa crise será aqui compreendida no sentido de forma assumida pela etapa de reestruturação do modelo adotado pelo capital em seu processo de reprodução e expansão no âmbito do estado-nação, com a referência permanente de que esses acontecimentos com locus no território brasileiro são expressão local de encaminhamentos e ‘demarches’ determinados ou originados em esferas centrais das decisões mundiais, e apresentam desdobramentos em escalas continentais e regionais, além dessas expressões brasileiras que apresentaremos.

O Brasil saiu, ao final dos anos cinquenta, de uma etapa de desenvolvimento hegemonicamente orientado pelo setor nacionalista do capital, apesar das repetidas crises e tentativas de golpes políticos e militares que já expressavam o caráter da disputa profunda que atingia a elite política e econômica brasileira. Ingressamos nos anos sessenta revertendo a direção do processo, que passou a ser voltado para a abertura ao capital monopolista multinacional, controlado, no Brasil, pelos grupos financeiros e industriais ligados a setores transnacionalizados da economia. A essa transformação conjuntural da infra-estrutura produtiva, correspondeu a conseqüente mudança em aspectos da ideologia dominante no país, que passou a centrar-se em idéias de “modernidade”, “desenvolvimento” e “avanço tecnológico”.

Os governos militares tomaram a si a direção do Estado, aqui entendido enquanto aparato público de poder e direcionamento social, utilizando-o como indutor da transformação econômica e controlador das tensões sociais. O Estado – poder político, unificado nas esferas nacional, regional (estadual) e local, enfeixado nas mãos dos militares e dos setores civis associados aos governos desse período, tendo assumido a característica de poder centralizado e autoritário, investiu em obras em diversos setores da economia, entre eles o da construção civil, setor em que, pela facilidade de crédito internacional e utilizando as “novas tecnologias” importadas sob a forma de materiais e equipamentos, os mais variados, construiu verdadeiras “catedrais da modernidade”: as sedes dos órgãos públicos federais, entre outras obras.

Essas edificações representaram, no espaço urbano das principais capitais do país, e especialmente no caso de Fortaleza, dois papéis fundamentais na divulgação da ideologia do setor dominante nacional: por um lado, representam o estado onipotente e onipresente na sociedade, legitimando o centralismo e o autoritarismo adotados politicamente pelos grupos no poder; por outro lado, e também se utilizando de sua presença no cenário cotidiano de milhões de brasileiros, foram a “prova material” da modernização implementada (imposta) à sociedade e alardeada pelos demais meios de comunicação social.

O papel dessas edificações, entretanto, não se limitou ao campo ideológico num sentido restrito. Estes edifícios, ícones em suas cidades (mormente capitais e cidades de grande porte na estrutura urbana brasileira), estabeleceram os padrões da modernidade e sua linguagem na arquitetura, através de suas opções tecnológicas e formais, direcionando o consumo de materiais de construção procedentes dos setores produtivos multinacionais. Foram, dessa forma, a “ponta de lança” da penetração do capital monopolista no setor da construção civil brasileira.

Esse papel de meio de difusão ideológica da classe dominante e ponto de penetração de materiais e tecnologias de construção civil de procedência estrangeira, não foi, entretanto, uma deliberação explícita ou autônoma dos ideólogos governamentais. Na verdade, com a incorporação do Brasil à economia mundial transnacionalizada, inserimo-nos em um modelo de sociedade industrial em que a técnica, a tecnologia, e todo o imaginário e ideário que delas decorre, são não apenas forças produtivas determinantes da economia, como também estruturam a sustentação ideológica do sistema.

Nesta nova etapa atingida globalmente pelo modelo societário capitalista, a ciência e a técnica (tecnologia) encarnam não apenas as forças produtivas fundamentais, sendo os elementos determinantes da infra-estrutura econômica, como também assumem o papel de elementos centrais da ideologia do sistema sócio-econômico que geram. Dessa forma, por trás da edificação dessas sedes e, em particular, definindo seu caráter de arquitetura moderna, encontram-se essas próprias tecnologias importadas. Essa tecnologia avançada, para os padrões usuais da época no Brasil, adquirida através da cessão de pacotes tecnológicos ou da implantação no país de indústrias multinacionais transplantadas a partir das facilidades oferecidas pelos governos militares, passa a dirigir e direcionar o processo produtivo da arquitetura a partir de condicionantes não apenas estéticos mas, e fundamentalmente, a partir da própria organização produtiva dessas edificações. Isso nos remete à reflexão acerca dos padrões e referências tidos como ‘normais’, e por isso mesmo inquestionados, da ‘moda’ estética da arquitetura (o moderno, nesse caso), e dos procedimentos e organização do trabalho e da tecnologia empregada nos canteiros de obra – o processo construtivo como processo de organização e utilização de tecnologia.

Não acontece, então, um processo consciente de utilização da arquitetura como meio de divulgação da ideologia desenvolvimentista. Na verdade, compreendemos que a própria estrutura produtiva de materiais e equipamentos do setor de construção civil, controlada pelas empresas transnacionalizadas do setor, determina que produtos serão

efetivamente utilizados por compor o leque de opções dentro do qual a escolha do projetista tem a possibilidade de transitar como (delimitada) opção.

Embora com autonomia relativa, sendo os senhores da decisão acerca da oportunidade conjuntural de construir novas sedes (determinando a função dessas edificações como presença do poder de estado no espaço urbano), os governos militares e as direções dos órgãos estatais são apenas peças numa engrenagem determinada pelas próprias forças produtivas e ideológicas cujo incremento desencadearam – a técnica e a ciência (tecnologia, modernidade etc.). Essas sim, através de mecanismos vários – estruturais e ideológicos – passam a ser os instrumentos fundamentais no processo de reprodução do capital na economia nacional, utilizando como ponto de penetração e divulgação espetacular os edifícios mais ‘avançados’ e ‘modernos’ de suas paisagens urbanas.

2 – O CONTEXTO HISTÓRICO DAS EDIFICAÇÕES

Observando nossa história recente numa perspectiva pouco mais ampliada (últimos setenta anos), podemos perceber claramente duas grandes linhas de direcionamento dadas ao processo de desenvolvimento do país. A primeira durante o que chamarei de período nacionalista (1930-1955), quando a ênfase no processo de crescimento se dava na tentativa de construção de um parque industrial autóctone, ou quando isso não fosse possível, que o processo acontecesse sob o controle e direcionamento do estado nacional. A segunda fase, iniciada com o governo Juscelino, tem como característica fundamental a internacionalização e posterior transnacionalização da economia brasileira.

Todo esse processo implica em uma série de mudanças ocorridas em todos os níveis sociais, econômicos e políticos. As diversas etapas de cada grande fase desse processo de desenvolvimento por que passamos, implicaram na reestruturação de espaços de poder. A ascensão de novos segmentos dentro do setor hegemônico capitalista, a participação ativa do capital estrangeiro na definição dessas formas de hegemonia intra-classistas e a postura e as opções das classes populares e de suas lideranças durante o desenvolver desse processo são alguns aspectos que teremos como pano de fundo permanente em nossa análise.

Acrescentamos, desde já, que o período escolhido teve como elemento importante de sua definição as modificações qualitativas que percebemos no processo de participação política desses diversos fatores sociais: classes e segmentos de classe, Estado, organizações da sociedade civil. Em especial, e como motivação fundamental do movimento que deflagra o golpe militar, a ascensão, conscientização e mobilização das classes populares. Estas, outrora

a reboque do projeto burguês-nacional, iniciam, ao final dos anos 50, um período de ampliação de seu espaço social e político, ensaiando tentativas de autonomização frente aos setores dominantes, numa perspectiva que, aparentemente, em médio prazo poderia conduzir a um projeto nacional próprio, de cunho popular.

Foi a tentativa de contenção desse componente popular das lutas sociais e a imposição do modelo desenvolvimentista aberto ao capital estrangeiro que marcou o período que analisamos, iniciado em 1964. Essas démarches dentro de um processo histórico, obviamente nunca linear, no sentido de que pudesse ser uma evolução pacífica e sem contradições, tem como um dos palcos principais o Aparelho de Estado. Devido à especificidade da conjuntura histórica brasileira e do “terceiro mundo” em geral, o Estado (entendido aqui como a estrutura pública de organização e controle social – Aparelho de Estado) é elemento fundamental na definição dos projetos hegemônicos e de sua consequente implementação. Em nosso caso, o Estado assumiu papel importante como organizador dos caminhos da economia, bem como, nos anos em foco (Regime Militar), o papel de instância principal de repressão das lutas populares e da reprodução das relações de produção vigentes. Assumindo o papel de fiador da expansão do capitalismo de base monopolista no Brasil, o Estado passou a produzir discursos que justificassem perante as camadas dominadas e os setores médios essa postura.

Somam-se então dois aspectos, dois diferentes objetivos apologéticos num mesmo discurso: por um lado, o intento de legitimação do Aparelho de Estado como supra-classista, discurso tão mais necessário à medida em que o caráter classista e engajado do Estado fica patente ao se tornar imprescindível aos setores dominantes reprimir, através do uso da força policial-militar as lutas e organizações populares. Ao componente de legitimação do papel do Estado como provedor do “Bem comum”, e ainda na perspectiva do Estado supra-classista, sofremos, durante o Regime Militar, um processo de centralização e concentração de poder no nível federal, centralismo comum em todas as formas ditatoriais de poder.

A centralização e o autoritarismo por parte do poder têm, ao longo da história, mantido uma relação singular com a arquitetura. A suntuosidade das edificações, bem como a utilização da hierarquia no espaço urbano, são meios utilizados pelas obras marcantes para se definirem como manifestações do poder discricionário. Ao par desse viés discursivo, o Estado Assumiu também, como pedra angular de sua ideologia no período em questão, aspectos de legitimação e implementação da opção por um modelo econômico aberto ao capital estrangeiro. Nesse aspecto, que mais diretamente nos interessa, concentra-se o esforço maior

de legitimação do Regime Militar, centrado nos “slogans” de “desenvolvimento” e “modernização”. Veicula-se uma ideologia que atua positivamente formando opinião favorável às transformações modernizadoras, obscurecendo seu caráter de exploração internacional.

Por outro lado, ao chamar a atenção para os aspectos culturais e ideológicos da “modernização, esconderam as transformações reais do processo produtivo. A arquitetura foi um desses veículos por onde se divulgou a ideologia da modernização tecnológica e, em especial, assumindo um papel de “ponta-de-lança” da penetração concreta do capital internacional na indústria da construção civil, a arquitetura oficial pública apresentada pelos edifícios dos órgãos federais. Produzindo obras que foram vitrines da modernização tecnológica dentro do que se conhece como estilo “internacional” da arquitetura, o Estado divulgava sua propaganda, ao tempo em que abria as portas do setor para os novos produtos e tecnologia apresentados pelas multinacionais.

Um ponto importante a ser esclarecido é o nível de intencionalidade da utilização da arquitetura como meio de comunicação da massa. Inegavelmente, essas edificações funcionaram e funcionam como elementos de divulgação da ideologia em questão, e essa constatação nos remete a duas hipóteses explicativas que não são, em absoluto, excludentes. A primeira será a hipótese da intencionalidade, por parte dos ideólogos governamentais, da utilização da arquitetura como “mass medium” para divulgação de sua proposta ideológica, partindo então da própria formulação da necessidade de novas edificações a determinação de seu caráter moderno. A hipótese alternativa, tendo como base as propostas de Marcuse e Habermas acerca da ideologia da sociedade industrial, sugere que a técnica e a ciência, como expressão ideológica das sociedades tecnologicamente avançadas, são também forças fundamentais do processo produtivo. Nesse caso, pela junção do poder na produção com a influência tecnológica difusa nas instituições da sociedade, a “modernidade tecnológica” se auto-imporia como solução única nas definições arquitetônicas. A força desta ideologia, manifesta na arquitetura através do estilo “moderno”, “internacional”, “racionalista”, ou outra designação que especifica ou sublinha detalhes interpretativos de um mesmo fenômeno; determinaria, ipso-facto, as opções construtivas dos arquitetos e projetistas daquelas edificações.

Enquanto isso, encantados com as mudanças apresentadas pelos novos estilos: moderno ou pós-moderno, os estudantes e profissionais de arquitetura continuaram, como ainda continuam a produzir obras e ideias cujo modernismo se funda na internacionalidade

descaracterizada dos edifícios, sem perceberem as reais implicações sociais de sua “criação” ou “projeto”. A produção de ideias em arquitetura, presa ainda de um modelo funcional-idealista, não permite uma análise coerente do papel social da arquitetura e contribui para a reprodução de uma prática profissional que, “despolitizada”, está a serviço das elites, não isolando a possibilidade de que possa ser manipulada e controlada pelos setores hegemônicos da sociedade.

3 – UMA ANÁLISE IDEOLÓGICA DAS EDIFICAÇÕES

Partimos, para a compreensão interpretativa da arquitetura do fato de que todos nós, enquanto seres humanos existimos dentro de comunidades não apenas de produção. Articulada com a produção estrutura-se uma comunidade de comunicação: nos compreendemos em um horizonte de sentido dentro do qual emerge a significação de tudo o que encontramos em nossas vidas, seja sob a forma de realidades objetivas, subjetivas ou sociais. Se partirmos da constatação de que a arquitetura, através de sua manifestação concreta como edifícios ou monumentos, se torna muitas vezes símbolo característico de povos ou lugares, podemos então perceber que em sua utilização diuturna ela aos poucos se envolve de significados simbólicos, passando a comunicar-se com o público que os vive e vê:

O Cristo do Corcovado, a Estátua da Liberdade ou a Torre Eiffel, constituem símbolos de nações ou de intercâmbio entre povos. Isso revela como a produção arquitetônica, na sua acepção mais ampla, apresenta para além de sua função aparente e imediata, a expressão da ação coletiva do Homem no sentido de criar formas simbólicas e culturais e, portanto, sistemas de comunicação (MENEZES: 1978, 216).

Embora construída com a função primordial utilitária, a arquitetura tem uma função secundária (ontologicamente falando) que é simbólica:

todos os produtos culturais podem ser legitimamente considerados como constituindo sistemas sígnicos (como tal são fenômenos de comunicação) e que por conseguinte, a arquitetura, enquanto componente da cultura é geralmente consumida como fato comunicacional a despeito de sua intrínseca funcionalidade (MENEZES; 1978, 228)².

² Essa funcionalidade comunicacional já era percebida e utilizada historicamente desde civilizações antigas, tanto do ponto de vista da comunicação ideológica subliminar (simbologia de poder, riqueza, religiosidade etc), como do uso do edifício como portador de “texto”. Nesse sentido, civilizações e momentos históricos cuja população não era majoritariamente letrada, sempre utilizaram os espaços e edifícios públicos, seus muros e estrutura física como portadores de mensagens pictóricas ou escultóricas. Como grandes murais, comunicadores de fatos, mensagens e referências, as portadas das catedrais medievais exibem histórias bíblicas retratadas em seus baixo-relevos, além de fatos apresentados nos vitrais; o mesmo acontecia nas culturas pré-colombianas do México, entre vários exemplos possíveis. Os muralistas mexicanos do início do século XX (Siqueiros, Orozco, [Revista Labor Fortaleza/CE, jul/dez 2017 Vol. 01, nº 18, p. 1-15 ISSN 1983-5000](#)

É dentro do que Oliveira (1985) chama de ideologia originária – contexto cultural simbólico geral da sociedade – que se criam códigos e sistemas de significação que permitem que, inconscientemente, nós decodifiquemos a mensagem que a arquitetura traz. Esse tomar posse da mensagem se dá a medida em que vivenciamos a arquitetura em nosso dia-a-dia, num envolvimento físico-visual acompanhado do jogo da imaginação que nos restitui o passado e nos faz antever um certo futuro a partir de signos que a cidade fornece: a forma dos prédios, sua arquitetura, seu estilo, etc.

Essa comunicação sígnica é tão presente e influente que passa a imperceptivelmente constituir-se em elemento estruturador de nossa visão de mundo, fazendo-nos, como diz Menezes: “antever um certo futuro”. O fato de que existam outros meios de comunicação mais imediatos, como o rádio, TV, jornais, etc., faz com que a arquitetura passe muitas vezes conscientemente despercebida, o que entretanto não diminui seu papel midiático. A base de sua sua ação subliminar de formação da cosmovisão da sociedade (ideologia), acontece a partir de sua propriedade de constante repetição a que somos obrigados por termos que viver e reviver o ambiente edificado todo dia, ocupando a arquitetura papel fundamental na constituição e divulgação ideológica.

É elucidativo, neste sentido, a análise da situação das edificações observadas na malha urbana de Fortaleza. Percebe-se facilmente, através da análise da planta da cidade, a situação (na cidade) e locação (no terreno em que se implanta) privilegiadas de todos esses prédios sedes de órgãos públicos federais³. Situam-se prioritariamente em avenidas de alto fluxo de veículos e em pontos chaves do acesso ao centro da cidade e das ligações de retorno da área central aos bairros residenciais (frise-se que a importância do centro de fortaleza nos anos 60, 70 e início dos 80 era sensivelmente superior à atual, quando o crescimento da cidade e o aparecimento de novos eixos econômicos e políticos fez desenvolver-se uma estrutura urbana polinucleada).

Rivera, Morado, Aurora Flores inter alii) são um exemplo de excelência na utilização consciente das paredes e muros dos edifícios para comunicação política e valorização das tradições culturais de seu povo. A Revolução dos Cravos, em Portugal, no ano de 1974 é outro exemplo da ampla utilização dos murais com sentido de conscientização política e fortalecimento das causas populares. Atualmente, a utilização popular dos muros como painéis (grafite) evoluiu de elemento marginal e ligado à transgressão social para uma situação de reconhecimento social como expressão artística, inclusive com aspectos de valorização comercial. O risco dessa “incorporação” mercantilizada é justamente o de que se perca o caráter originário contestatório e de expressão genuinamente nascida da periferia dos grandes centros urbanos, tornando o grafite mais uma forma de expressão da cultura de massa, como parte da ‘Indústria Cultural’ capitalista.

³ No caso dos edifícios analisados nesse texto, considera-se os produzidos durante o período da Ditadura Militar, compreendendo os edifícios Sede do Banco do Brasil (Av. Duque de Caxias), Sede do Banco do Nordeste do Brasil (Rua Major Facundo); Sede do antigo Dentel (Av. Virgílio Távora), Sede do DNOCS (Av. Duque de Caxias), Sede do INCRA (Av. José Bastos), Sede da Polícia Federal (Av. Borges de Melo), Sede da Secretaria Regional da Receita Federal (Rua Barão de Aracati).

Esse fator situacional já determina a presença compulsória dessas edificações no cotidiano de milhares de pessoas que, ao dirigirem-se a seus locais de trabalho e no retorno a suas residências, têm repetidamente à sua frente uma paisagem urbana com toda a carga de simbologia que transparece. Este primeiro passo para a otimização do papel de meio de comunicação de massa fica estabelecido já no nível da escolha situacional, independentemente da intencionalidade da utilização dessas edificações como elemento de divulgação ideológica do “poder” e “desenvolvimento”. O fato é que elas se fazem presentes no cotidiano da cidade de forma marcante. Fazendo ou não parte da própria racionalidade sistêmica do capitalismo industrial e definindo sua imponência representativa do estado centralizado através de escolhas, por vezes inconscientes, de seus idealizadores e projetistas, são elementos concretos da realidade que possuem fortes cargas simbólicas.

Essa transmissão simbólica não é, entretanto, unívoca: “as linguagens do imaginário, do inefável, poéticas e artísticas em geral são mais livres e se inclinam, quanto ao sentido, na direção da polissemia” (MENEZES; op.cit., 229). Tende, no entanto, a adequar-se ao restante da produção cultural-ideológica da sociedade que a produz, estando, por conseguinte, à disposição da classe dominante como veículo de divulgação de sua ideologia: “em outros termos, a arquitetura como outros aspectos da vida cultural, a despeito de poder representar uma intervenção transformadora, tende a expressar as estruturas socioeconômicas e de poder dentro das quais se manifesta”(IDEM; 237).

A arquitetura é um fenômeno social que apresenta uma duplicidade de conteúdo em seu discurso: por um lado, o discurso implícito na produção de edifícios, e explicitado pelos comentadores da mídia representativa da indústria cultural (Revistas especializadas e cadernos de arquitetura dos grandes jornais) é o discurso das modas, dos estilos passageiros ou da cópia do internacionalismo e sua estética de consumo, em geral com privilégio dos aspectos meramente formais. Por outro lado, o discurso erudito, normalmente restrito à produção bibliográfica acadêmica ou destinada aos próprios profissionais e apreciadores iniciados, apresenta nuances: há uma corrente de maior aceitação pela bibliografia mais mercantil e massificada que apesar de seu caráter de produção bibliográfica e teórica, tem sido construído (predominantemente) por uma elite intelectual comprometida com a perspectiva hegemônica do projeto de classe burguês. As análises e proposições emanadas dessa produção tem comumente um viés estético-formal, concentrando-se em questões de ‘estilos’, padrões, linguagem e funcionalidade.

Um outro grupo, representado na produção acadêmica, tanto nacional (brasileira) como internacional, mantém um caráter crítico, originário dos grandes movimentos da arquitetura moderna, que manifestavam posições políticas críticas dos modelos da sociabilidade capitalista e miravam horizontes utópicos, em diversos graus de radicalidade. A produção bibliográfica desse setor profissional dos arquitetos também apresenta diversidade interna, considerando questões que vão dos aspectos culturais regionais ou nacionais, incluindo o debate entre os referenciais eruditos e populares, às questões produtivas e elementos de classe, relações de produção etc. Essa produção, no entanto, acaba restrita a leituras acadêmicas, eventualmente alimenta debates em organizações profissionais, mas finda por ter pouca influência sobre as práticas profissionais cotidianas.

A maioria dos profissionais representa e manifesta os interesses da permanência de um arranjo social-produtivo capitalista, não estando comprometida, salvo exceções, com os interesses populares ou de transformação social, mas com os setores dominantes, contribuindo para a conformação desta área da práxis humana e de suas estruturas de trabalho e produção como Aparelho Ideológico de Estado (Cf. Althusser; Ideologia e Aparelhos Ideológicos de Estado). No mesmo sentido amplo de nossa análise, encontramos a proposição de MENEZES (IBID; 247), quando expressa que:

por outro lado, o discurso sobre arquitetura produzido pelos próprios arquitetos e por críticos e historiadores de arte constitui parte significativa dos valores culturais difundidos coletivamente, e entra como componente do quadro ideológico de cada formação social.

Os arquitetos, sua produção teórica como produção projetiva, compõem uma referência objetivo-subjetiva que se constitui numa relação com a ideologia geral da sociedade e dos grupos que a constituem. São influenciados e influenciam, agem e pensam, produzem, a partir de condicionantes sobre os quais também apresentam algum nível de influência. Essa dialética tem no elemento da consciência histórica, classista, política e técnica um aspecto determinante e decisivo para o caráter da síntese atingida.

4. ARQUITETURA E IDEOLOGIA

Evidenciamos, a partir das proposições expostas na seção anterior, que a arquitetura assume o papel de um verdadeiro “out-door”, como elemento de comunicação e ‘propaganda ideológica, por sua presença no espaço urbano e compulsória convivência cotidiana com grandes parcelas da população. Como arquitetura dos edifícios federais,

revestiu-se, no período estudado, do discurso do estado poderoso e pujante, refletindo na monumentalidade e suntuosidade das edificações públicas o caráter do estado centralizado e autoritário. Essa monumentalidade, conseguida sob a forma de artifícios arquitetônicos e urbanísticos que visavam a dar destaque a esses prédios no contexto urbano, caracterizou todas as sedes dos órgãos públicos federais construídos em Fortaleza no período do Regime Militar.

A questão da modernização, que estaria sendo levada a cabo na economia como um todo, refletiu-se na arquitetura naquilo que ela realmente representava como setor da construção civil: a abertura desse setor produtivo ao capital internacional, neste particular, sob a forma de materiais, equipamentos e tecnologia de proveniência estrangeira. A matriz cultural dominante na sociedade brasileira, no que se refere aos segmentos urbano-industriais, já incorporava elementos genéricos da ciência e da técnica como aspectos fundamentais de sua ideologia classista, veiculada através dos mais diversos meios de comunicação, e estruturadora de um novo modo de vida baseado na ciência e técnica. Este elemento ideológico constitui o pano de fundo sobre o qual era feita a leitura das edificações como um todo, através de seus materiais e equipamentos utilizados e constituintes da edificação, bem como suas formas e concepção geral.

No entanto, pelo que pudemos constatar através de entrevistas com os administradores e funcionários responsáveis pelos setores de arquitetura dos órgãos que construíram essas sedes, houve total liberdade por parte dos projetistas quanto aos estilos arquitetônicos, concepções e definições formais dos projetos desses edifícios. Se havia liberdade por parte das direções para determinar o tipo de edificação que desejavam, em termos de porte e localização, e por parte dos arquitetos a liberdade de propor a concepção de estilo que julgasse mais adequada dentro dos limites da correção técnica do projeto, é exatamente nestes dois personagens desta “trama” que encontraremos os elementos decisórios que definiram o caráter daqueles prédios.

As escolhas e determinações definidas por estes dois agentes sociais não têm o caráter autônomo que se poderia supor numa visada mais superficial. Estão, pelo contrário, como que pré-determinadas por condicionantes ideológicos e culturais relativos a cada um dos aspectos que supostamente haveriam decidido. As questões relativas ao poder, representadas genericamente no caráter monumental das edificações, têm seu condicionamento na cultura social da alta burocracia estatal, decorrente de sua singular posição na articulação de classes definida pelo pacto hegemônico burguês no Brasil àquela

época. E dizemos cultura pretendendo assim incorporar toda a carga histórica envolvida pelo processo social de estruturação deste Bloco Histórico (cf. Faoro, Raymundo; Os Donos do Poder).

É essa burocracia estatal, em sua luta por afirmação social e ocupação dos espaços de poder, que motiva, através dos elementos culturais que lhe são próprios, a definição do caráter monumental daqueles prédios. Esse ponto da monumentalidade externa dos edifícios analisados não é o único aspecto definido a partir dos condicionantes culturais classistas do setor burocrático estatal. Os ambientes interiores dessas edificações, sob a forma de gabinetes e ambientes de trabalho, refletem sua segmentação hierárquica e suas estratégias de demonstração de prestígio e poder sociais, refletidas em uma semântica que se expressa através de elementos quantitativos e qualitativos (tamanho dos gabinetes, dimensionamento de áreas de trabalho, ambientes de estar, superfluidade do espaço, tipo de mobiliário, entre outros).

O Aspecto da modernidade como caráter igualmente decisivo na leitura dos edifícios, apesar de ter tido a participação menor da burocracia dirigente, deve suas decisões aos arquitetos projetistas, ou, melhor dizendo, àquilo que condiciona as decisões dos arquitetos: a cultura estética da arquitetura, estruturada sob a forma de uma espécie de Aparelho Ideológico. Esta impõe-se de maneira quase absoluta nestas obras, respaldada enquanto Arquitetura Moderna (Internacional, Racionalista) nos conceitos da ciência e da técnica que constituem os elementos determinantes do setor produtivo social.

5. ARQUITETURA – ESPAÇO DE PRODUÇÃO E CONSUMO

No que se refere a nossa segunda tese, partimos da constatação inicial da escassa utilização, anterior a essas edificações, de diversos materiais, equipamentos e tipos de tecnologia empregados na construção civil, que se tornaram de uso corrente a partir de então. Essas edificações, cujo período formal de decisões acerca de sua viabilização ocorreu, com a exceção do edifício sede do DNOCS, que é pouco anterior, durante os anos de 1973-1974, refletem a conjuntura de facilidade de endividamento externo daquele período, decorrente do excesso de “petrodólares” não absorvido pelas economias européia e americana e direcionado aos países da América Latina. Nestes, os governos encontravam uma conjuntura que somava esse momento financeiro favorável aos empréstimos, inicialmente baratos, com a necessidade ideológica de propagandear para os setores médios urbanos a modernização levada a cabo pelos militares, e o anseio por parte do segmento do alto escalão burocrático-estatal de

demonstração de sua ascensão social (real, naquela conjuntura) através de seus locais de trabalho – sedes dos órgãos que dirigiam.

Na efetivação das escolhas acerca de materiais, equipamentos e tecnologias empregados nas edificações, influiu não somente o aspecto ideológico da formação técnica dos arquitetos envolvidos nos projetos, mas, e com força decisiva, o que chamaríamos de “a moda compulsória” do momento: a Modernidade. O conceito de Modernidade, difundido globalmente na sociedade, respaldava as transformações que ocorriam nas esferas da produção e do consumo, em que se dava um processo de penetração de produtos e tecnologias importadas, aspecto concreto do controle da economia nacional pelo capital monopolista multinacional.

Neste aspecto ideológico, o Moderno contrapunha-se ao tradicional, este entendido como o processo produtivo já conhecido e, em parte, de base nacional e regional. No setor da construção civil, efetivamente, os materiais nacionais predominavam dentro de processos preponderantemente artesanais, razoavelmente adaptados à realidade ecológico-cultural e de desenvolvimento técnico da força de trabalho do país. A competição ideológica moderno versus tradicional mostrou-se um jogo de cartas marcadas. Detendo a propriedade dos meios de produção ideológicos e o controle do Aparelho de Estado, que exercia forte censura sobre todos os aspectos do pensamento nacional, a imposição dos padrões culturais interessantes à nova buguesia transnacionalizada teve uma implementação “pacífica”, silenciados que estavam os possíveis críticos pela máquina repressiva do sistema político-militar.

Ao lado da questão da disputa ideológica, o embate acontecido na esfera da produção econômica tinha igualmente um vencedor definido de antemão. Utilizando-se dos componentes tecnológicos e científicos altamente desenvolvidos e avançados em relação ao parque produtivo nacional, os produtos representantes da “modernidade” impunham-se também pela possibilidade de fabricação em larga escala; algumas vezes pelo componente do custo direto e, o mais importante, pela adequação sistêmica que apresentavam esses produtos e tecnologias, formando uma totalidade homogênea na obra, facilitando-se uns aos outros.

A possibilidade de soluções técnicas arrojadas satisfazia não apenas às exigências culturais e ideológicas da “modernidade”. Permitiram em alguns casos que vieram a ser do conhecimento público, favorecimentos ilícitos tecnicamente justificados, o que era remunerado sob variadas formas de corrupção que incluíam de propinas a superfaturamento de obras, etc. Os custos, mesmo diretos, de alguns produtos e sistemas utilizados, de que

foram exemplos sintomáticos as esquadrias e o sistema de condicionamento de ar do edifício sede da Receita Federal em Fortaleza, atingiram cifras consideravelmente superiores às de soluções tecnicamente adotáveis com resultados similares, embora tecnologicamente simplificadas de uso corrente ainda quarenta anos após aquela época.

CONCLUSÃO

Após essa exposição, através da qual esperamos ter situado os aspectos fundamentais que nos propúnhamos debater, restam-nos algumas questões: primeiramente, é possível fugir às imposições cumulativas dos fatores ideológicos e culturais dominantes somadas aos direcionamentos do próprio setor produtivo na prática da arquitetura? É possível ainda produzir uma arquitetura de raízes nacionais, adaptada ecologicamente à nossa região e ao modo de produzir edifícios e produtos de construção civil comuns à nossa sociedade, considerada a partir de seus próprios parâmetros culturais e tecnológicos, com rebatimento nas relações humanas? É interessante fugirmos ao internacionalismo, ou melhor, ao transnacionalismo da economia e da cultura do mundo hodierno, refletidos numa nova divisão internacional do trabalho e no mercado mundial capitalista? Que riscos ou significados seriam possíveis a partir desse tipo de decisão e opção político-econômica e sócio-cultural?

Parece-nos que, neste sentido, o sistema capitalista tem assumido a cada dia uma característica mais totalitária. Atualmente, estabelecido um mercado mundial em que a produção hegemônica transnacionalizada e oligopolizada articula ainda elementos de dependência entre países, utilizando-se crescentemente do aparato tecnológico e científico que parece ter reduzido a possibilidade de alternativas para as quais se faz necessário um esforço cada vez maior.

As prováveis respostas a essas questões, acreditamos, terão sempre como componente a nossa extração de classe, fator influenciador de nossa visão de mundo. Esse aspecto que não é estático ou definido apenas pelos condicionantes de origem, é permanentemente redefinido pelo que chamamos de processos educativos, o que pode acontecer tanto nos movimentos sociais e políticos, como até mesmo em espaços educativos formais (escolas, universidades etc).

Isso nos remete à necessidade de que se estabeleça o debate explícito e intencional acerca dessas questões na formação dos profissionais da construção civil (Técnicos, Engenheiros, Arquitetos), como da população em geral, como aspecto de formação cultural e política. Essas respostas possíveis, e diversas, refletirão, igualmente, aspectos da realidade da

produção em nossas estruturas sociais, condicionadas pelos fatores de conjuntura eventuais. Apresentarão, finalmente, como condicionante básico, reflexos de nossa criticidade, pela característica irredutível da possibilidade de que sejamos, individual e coletivamente, sujeitos de nossa própria história. A resposta e a palavra estão facultadas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALTHUSSER, Louis. **Ideologia e Aparelhos Ideológicos de Estado**. 3 Ed. Lisboa, Editorial Presença, 1980.

AMARAL, Cláudio. As Teorias Administrativas e o Lay-out. **Design & Interiores**, São Paulo, Projeto Editores Associados 2(10), 1988.

ARRAIS NETO, Enéas. **A Arquitetura do Poder e o Poder da Arquitetura**. Dissertação de Mestrado em Sociologia – Universidade Federal do Ceará, 1989.

ARRAIS NETO, Enéas. Arquitetura – Meio de Comunicação de Massa e Direcionamento de Consumo. **Revista (Escola Técnica Federal do Ceará)**, Ano XIX, N 19, pp 83-94. Fortaleza, ETFCE, 1992.

ARRAIS NETO, Enéas et alii. **Arquitetura Escolar: currículo ou curral ?** Revista Labor, V1, N16, 2016. Pp 137-151 <http://www.periodicos.ufc.br/labor/article/view/6517>

FRAGO, Antonio Viñao, e Augustin ESCOLANO. Currículo, espaço e subjetividade: A arquitetura como programa. 2. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.

FURTADO FILHO, José da Rocha. **Architectural Meaning**. Milwaukee, University of Winsconsin, 1979, Dissertação de Mestrado.

FRANÇA, Lilian C.Monteiro. **Caos – Espaço – Educação**. São Paulo, Ed. Anna Blume, 1994

GIROUX, Henry. Ideologia, cultura & escolarização. In: **Teoria Crítica e resistência em educação**. Petrópolis, Vozes, 1986.

MARCUSE, Herbert. **A Ideologia da Sociedade Industrial**. Rio de Janeiro, Zahar, 1973.

MARX, Karl & ENGELS, Friedrich. A Ideologia Alemã. In: FERNANDES, Florestan (org); **Marx e Engels: História**. São Paulo, Ática, 1983.

MENEZES, Eduardo Diatahy Bezerra de. Notas sobre Arquitetura como comunicação d massa. In VIEIRA, Amaral (org): **Comunicação de Massa: o impasse brasileiro**. Rio de Janeiro, Forense-Universitária, 1978.

OLIVEIRA, Manfredo Araújo. A ética das Ideologias. In: **A hora da Ética Libertadora**. São Paulo, Paulinas, 1985.

VEBLEN, Thorstein. **Teoria da Classe Ociosa**. São Paulo, Abril, 1985 (Coleção: Os Pensadores).